

# A comunicação além dos meios e canais

ANTÔNIO TEIXEIRA DE BARROS  
(Universidade de Brasília)

RIBEIRO, Lavínia Madeira. *Contribuições ao estudo institucional da comunicação*. Teresina: EdUFPI, 1996. 201 p.

Em uma coletânea de cinco ensaios produzidos durante seu curso de doutoramento em Ciências Sociais na Unicamp, a professora Lavínia Ribeiro apresenta, com sofisticado grau de elaboração e profundidade analítica, sob o prisma da Sociologia da Cultura e da Sociologia da Comunicação, uma gama de reflexões originais acerca de um objeto instigante: as instituições contemporâneas de comunicação pública. O primeiro ensaio, Considerações sobre a Origem Histórico-Sociológica da Informação e sua Contemporânea Conformação Institucional, além de ser o carro-chefe da obra, condensa algumas das reflexões que vêm sendo realizadas pela autora desde seu mestrado, quando a mesma dedicou-se a examinar, a partir das formulações de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, as contribuições da Sociologia contemporânea para o estudo da relação entre imprensa, cultura e sociedade, resultando no trabalho *Imprensa e Esfera Pública Burguesa* (Universidade de Brasília, 1988), a qual se tornou referência

para muitos estudos posteriores.

Com este novo texto, a autora não apenas persegue seu objetivo de esmiuçar o estatuto histórico-sociológico da imprensa, mas sobretudo de prosseguir no estudo da Sociologia da Cultura, com base em autores contemporâneos, principalmente no que se refere aos estudos culturais ingleses, representados por Raymond Williams, e ao pós-estruturalismo francês, representado por Pierre Bourdieu. Aliás, a inserção da análise das instituições de comunicação no âmbito da Sociologia da Cultura é justificada pela autora pelo fato de que elas não operam desvinculadas de outras instâncias de produção simbólica, além de constituírem um espaço institucionalizado, histórica e socialmente legitimado, decorrente de uma prática socialmente reconhecida. É isso que lhes confere o status de relativa autonomia. Afinal, trata-se de "estruturas sociais, detentoras de uma lógica interna própria". São estes argumentos, aliás, que compõem a hipótese central da obra, ou seja, a de que existe

"... uma correlação entre configuração estrutural da comunicação e legitimação

institucional dos seus processos, historicamente verificável desde a origem do desenvolvimento das sociedades industriais contemporâneas. Acredita-se que as instituições de comunicação 'construíram', ao longo da sua existência, desde os primórdios das sociedades modernas, um lugar próprio de existência, socialmente legitimado, em virtude da natureza particular dos seus atributos, ações e finalidades. Um lugar que, no decorrer do seu amadurecimento histórico, viabilizou a criação, a demarcação e o desenvolvimento de princípios, normatizações, práticas e padrões de comunicação, cuja complexidade e diversidade atuais permitem que eles se dinamizem espacial e temporalmente de acordo, em grande e expressiva medida, com critérios internos a estes próprios termos" (p. 10).

É a partir dessa premissa que Lavínia Ribeiro refuta o uso generalizado de conceitos consagrados por alguns ramos da Teoria da Comunicação e da própria Sociologia da Comunicação, tais como "meios" de comunicação, "veículos" e "canais" de informação. Igualmente criticado é o termo "massa", geralmente justaposto gratuitamente a estas expressões, uma vinculação automática aos conceitos de "sociedade de massa" e sua correspondente "cultura de massa". Além de simplista, tal abordagem, na concepção da

autora, reduz as instituições de comunicação a meros canais de transmissão de mensagens, limitando-se a uma única função: a de mediadora da relação indivíduo-sociedade, o que constitui "um constante desserviço à teoria contemporânea da cultura e da comunicação" (p. 9). Na realidade, argumenta que uma investigação analítica criteriosa revela que nunca tais instituições se submeteram à condição exclusiva de "mediadoras", pois são "essencialmente integrativas, referenciais e consensualizadoras" (p. 69), no sentido de que plasmam sentidos e constituem identidades.

Com base nestes argumentos, Ribeiro aponta as principais correntes teóricas responsáveis por este equívoco: a tradição empírico-funcionalista norte-americana e o pensamento alemão representado pela chamada Escola de Frankfurt. Ambas, de forma distinta, muito contribuíram para obscurecer teoricamente este objeto empírico tão rico e multifacetado. A primeira por ter consolidado um paradigma segundo o qual a imprensa, o rádio e a televisão constituem "meios" de promoção de uma unidade de princípios e procedimentos de valor para além das diferenças regionais, étnicas, sociais e culturais. A segunda, por meio de uma quase absolutização do conceito de indústria cultural, como a "voz uníssona do Estado e da esfera econômica", uma instância difusora dos interesses de sujeição dos indivíduos à lógica da dominação tecnocrática e econômica, anulando a capacidade emancipatória do conhecimento gerado pelo uso crítico da razão. Nesta concepção, todo o universo comuni-

cacional contemporâneo é visto apenas como uma variável (dependente), subordinada aos ditames do Estado e do mercado e, ao mesmo tempo, um instrumento de dominação e alienação das consciências.

Além das contribuições de Habermas e de vários outros autores, com o resgate da categoria esfera pública, a autora incorpora também em sua reflexão elementos das recentes contribuições da Sociologia, mais especificamente de teóricos como Anthony Giddens e Mike Featherstone. Destaca-se, neste primeiro ensaio, os paralelos inteligentes traçados entre Habermas e Giddens quanto à abordagem da modernidade, concebida por ambos como "uma cultura reflexiva fundada em bases racionais". A perspectiva de Giddens é salientada pela autora porque "inclui variáveis não consideradas por Habermas que parecem mais aptas a abranger áreas de ação individual não referidas ao exercício de uma racionalidade dialógica como, por exemplo, a esfera das escolhas acerca de estilos de vida e de fruição de bens culturais". A diferença básica entre os dois autores em questão está no fato de que, enquanto para Habermas, "tudo o que não for passível de tradução em termos verbais permanece numa espécie de limbo irracional", para Giddens, "a admissão da experiência e percepção corpóreas como instâncias também motivadoras de ações individuais (...) amplia o campo de diálogo intersubjetivo em situações de interação social, capaz de romper com a idéia monolítica de um espaço público movido apenas pelo juízo discursivo verbal" (p. 72).

Quanto a Featherstone, diz a autora que, salvo sua apropriação quase irrestrita da noção de campo e outros conceitos de Bourdieu, há, em suas obras mais recentes, aspectos que também contribuem para elucidar a reflexão sobre cultura e comunicação. Apesar de se basear no emblemático esquema de classificação da cultura tradicional/moderno/pós-moderno (concepção radicalmente distinta daquela apresentada por Giddens, o qual não utiliza o termo pós-modernidade, mas alta-modernidade), seu grande mérito está em apontar para um horizonte de interpretação que foge ao enquadramento da tradição empírico-funcionalista norte-americana e do pensamento frankfurtiniano, uma vez que, para Featherstone, temos atualmente uma cultura em desenvolvimento, cujos elementos centrais apresentam origens e níveis diferentes de existência, além de uma certa autonomia, sendo que tudo isso resulta das diversas processualidades e interações, considerando-se os diferentes contextos locais, nacionais e transnacionais. Ademais, a "cultura de consumo", como elemento central, neste contexto, está completamente fora do enquadramento da chamada "cultura de massa", porque é internamente diversificada e externamente apropriada de modo diferenciado; envolve práticas de consumo correlatas a estilos de vida; exige procedimentos de auto-atualização, de aquisição de informações, de escolha e seletividade estética por parte dos indivíduos.

Quanto ao segundo ensaio, Reflexões sobre as Primeiras Configurações Institucionais da Imprensa

no Brasil, seu grande mérito está, além da riqueza de dados e informações, no conteúdo analítico. Com base em uma pesquisa minuciosa de fontes bibliográficas e em uma reflexão própria, a autora discorre acerca das peculiaridades da institucionalização da comunicação no Brasil. Uma singularidade que explica muitos dos elementos que conformam a natureza histórica desta imprensa, a qual apresenta características especiais em cada época da história política do País, oscilando entre a defesa de valores privados e públicos, caracterizando-se por um contínuo fio de contradições estruturais internas. Enfim, o texto demonstra, com propriedade, o elenco das principais características que marcaram histórica e estruturalmente a origem e o desenvolvimento da imprensa no Brasil, demonstrando o quanto ela esteve presente, sobretudo a partir da Independência, como instituição "efetivamente partícipe do árduo e combativo processo de solidificação das instituições políticas e culturais brasileiras e, por outro, como ela, muito cedo, procurou delimitar a especificidade da sua intervenção institucional no interior deste mesmo processo" (p. 129).

O terceiro texto, *Cultura e Comunicação* em Raymond Williams e Pierre Bourdieu, constitui um exercício analítico-comparativo, com o objetivo de explorar as formulações de cada um dos autores acerca do processo cultural desencadeado nas sociedades capitalistas contemporâneas, tendo como propósito identificar o lugar da comunicação, isto é, sua especificidade em termos teóricos, práticos e sobretudo em termos

de significação sócio-cultural na reflexão desenvolvida por cada um dos teóricos em questão. As conclusões de Lavínia Ribeiro apontam para um certo paralelismo (ressaltadas as particularidades de cada autor) entre as reflexões de Williams e Bourdieu apenas nos termos atinentes à questão da cultura. Ambos atribuem igual importância ao processo cultural no contexto social contemporâneo. Contudo, em termos específicos da comunicação, cada um segue uma trilha distinta. Williams analisa minuciosamente o processo de constituição sócio-histórico do fenômeno comunicacional, como parte de uma das grandes revoluções - a cultural - ao lado das revoluções democrática e industrial. O nascimento e a evolução do folhetim e da imprensa popular, fazem parte dos contornos de sua teoria da cultura. O autor chegou até a dedicar uma de suas obras à análise da comunicação, o seu célebre livro *Communications*.

Já Bourdieu diferencia-se por nunca ter atribuído tanta importância teórica a este fenômeno. Sempre o considerou como parte de um campo genericamente denominado de "indústria cultural", contraposto ao da "cultura erudita". (Aliás, não escapa à autora o apego de Bourdieu aos conceitos próprios da hierarquia cultural francesa, o que não subtrai nada do mérito da reflexão do representante maior do pensamento pós-estruturalista francês, mas que limita muito seu alcance teórico.). A Bourdieu interessa refletir sobre o campo geral da produção simbólica. A comunicação, a seu ver, é apenas mais um elemento desse campo, elemento que não usufrui de

autonomia interna, uma vez que sua produção é dirigida a uma ampla clientela de não-produtores culturais, além de revelar-se quase sempre suscetível às demandas externas desse público, da esfera econômica e do poder político. Ademais, "seus recursos formais e de estilo são originários da tradição do campo erudito ou popular, o que a torna dependente de instâncias externas de legitimação; não são, portanto, critérios e normas internas de aferição de prestígio ou de distinção social; não em instâncias próprias de consagração como a cultura erudita..." (p. 165).

O quarto texto, Sobre alguns Limites à Noção de Mundialização da Cultura, consiste em discutir, no âmbito da reflexão sobre a modernidade, o quadro social emergente, o qual envolve noções como "sociedade global" e "mundialização da cultura". A força da argumentação de Lavínia Ribeiro está no diálogo estabelecido com essa visão "quase consensual". Em sua opinião, uma forma empobrecedora de analisar esse processo consiste na visão de uma supremacia desta cultura mundial, no que se refere a uma força de dominação das modernidades "nacionais", incorporando-as ao seu campo e subjugando-as à sua lógica, sendo essa lógica impulsionada pelo poder econômico e político dos centros internacionais produtores de informação. Entretanto, alerta a autora, esta expansão tem encontrado limites de igual poder de resistência e inadequação aos seus componentes estruturais. Resistência e inadequação estas que se originam, contraditoriamente, da escassez e

inoperância das condições materiais necessárias à sua implementação, dos antagonismos sociais historicamente reforçados e de incompatibilidades em termos de normas religiosas, convenções sociais e valorativas.

O último texto da coletânea, Os Estudos de Gênero em John Fiske, tem como objetivo a análise da television culture. Na mesma linha de pensamento do primeiro ensaio, mas considerando as particularidades da produção televisiva, a autora caracteriza a TV, a partir das formulações de Fiske, como um agente cultural provocador e circulador de significados, portador de potencial de significação sócio-cultural. Privilegiando suas especificidades institucionais, foco de interesse de Ribeiro, John Fiske identifica sete atributos básicos da televisão: popular, polissêmica, efetiva socialmente, pervasiva, convencional, realista e intertextual.

Dirigida a grandes audiências, a TV popularizou-se rapidamente, a ponto de ser apontada como uma "segunda forma de cultura oral", similar ao folclore. Seu caráter polissêmico, decorrente de sua popularidade, está sobretudo em suas mensagens "relativamente abertas", portadora de uma heterogeneidade de gêneros e estilos, cuja recepção se dá de forma extremamente diversificada. Sua efetividade social está principalmente no poder de promover determinados significados sobre a vida social, bem como em reforçar convenções sociais e ainda em forjar uma 'naturalização' dos seus processos operacionais internos de representação, a fim de promover sua auto-legitimação, efetivan-

do-se como "portadora de determinadas 'verdades' sobre a realidade". Sua pervasividade caracteriza-se pelo fato de "está em toda parte", tematizando quase todas as esferas e instâncias da vida social. O caráter convencional repousa essencialmente em seu propósito de satisfazer as necessidades rotineiras das audiências, enquanto seu realismo resulta do imperativo de fornecer um "senso socialmente convincente do real". A natureza intertextual, apesar de não ser privilégio da TV, mas próprio de todas as formas de produção simbólica, adquire um significado especial na television culture devido ao entrelaçamento interno de seus diversos gêneros e, externamente, com a relação mantida com as demais instituições de comunicação, bem como com os diversos públicos e com os anunciantes.

Contudo, ressalta a autora, falta aos estudos de Fiske uma relação mais clara entre um perfil estrutural e operativo da "cultura

televisiva" e um conjunto anterior de referentes teóricos e históricos que lhe possibilitasse maior coerência e consistência e, acima de tudo, que justificassem as razões e origem de uma "determinada localização, movimento e intencionalidade, no espaço mais amplo da processualidade histórica das instituições, das suas práticas e significações" (p. 198).

Finalmente, faz-se necessário ressaltar que, ao longo de sua argumentação, em todos os cinco ensaios, Lavínia Ribeiro, em nenhum momento faz apropriação cega das idéias dos autores citados, nem apologia a alguma corrente de pensamento. Ao contrário, faz críticas a Habermas, Bourdieu, Williams, Featherstone e Fiske. Críticas feitas com muito critério; demonstração de um operante conhecimento sociológico e de um elevado grau de amadurecimento intelectual acerca das questões sobre as quais se propõe a refletir.

# Estudo de recepção versus etnografia de audiência

ANA CAROLINA D. ESCOSTEGUY  
(*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*)

BRITTOS, Valério Cruz. *Recepção e TV a cabo: a mediação da identidade cultural pelotense*. Dissertação de Mestrado. Faculdade dos Meios de Comunicação Social - PUCRS, 1996.

SANTOS, João Aníbal dos. *Televisão: cultura local e cultura de massa global. Etnografia da audiência entre descendentes de imigrantes alemães no RS*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRGS, 1995.

No momento, a relação entre cultura global e cultura local é um dos pontos de entrada dos chamados, na América Latina, estudos de recepção. Estas mesmas relações compõem o ponto de identidade que propicia tecer observações teórico-metodológicas iniciais - que merecem estudo mais aprofundado - entre duas pesquisas, recentemente desenvolvidas.

A primeira, *Televisão: cultura local e cultura de massa global. Etnografia da audiência entre descendentes de imigrantes alemães no RS* (1995), trata dos usos sociais da televisão junto a uma comunidade de descendentes de imigrantes alemães residentes no município de

Santa Maria do Herval, localizado a 90 km de Porto Alegre (RS).

A existência de um "ethos alemão", definido pela ética do trabalho, a rigidez do catolicismo, a ética da desconfiança e a forte coesão das relações familiares, é a mediação escolhida para analisar as interações entre esta cultura local e a cultura de massa global veiculada pela televisão.

Escolhidas para análise, a recepção de uma telenovela, do telejornalismo diário e do espetáculo televisivo dos esportes, esta permite mostrar como o "ethos alemão" está presente na releitura que os telespectadores fazem das mensagens televisivas. A metodologia escolhida foi a etnografia de audiência e a caracterização do "ethos alemão" presente na comunidade.

O autor conclui que as especificidades culturais subsistem frente à cultura de massa.

"Por mais que o mundo caminhe para um crescente processo de encolhimento - no sentido de tempo e fronteiras culturais, a partir do desenvolvimento tecnológico - os grupos sociais continuam a se agru-

par por afinidades diversas (étnicas, regionais e econômicas).

O 'ethos alemão'(...) aparece como contraponto dos limites entre a identidade tradicional e a modernidade da sociedade abrangente representada pela televisão. Nas tensões e conflitos entre o olhar crítico e o olhar seduzido vai-se construindo uma identidade negociada. Nestes conflitos, a identidade dos descendentes de imigrantes alemães vai-se reconstruindo, nas fronteiras entre a continuidade dos seus traços culturais e o inevitável processo de transformação que acompanha as sociedades contemporâneas"(SANTOS, 1995, p.200).

A segunda pesquisa, *Recepção e TV a cabo: a mediação da identidade cultural pelotense*(1996), é um estudo qualitativo de audiência, realizado junto a assinantes da TV a cabo no município, de porte médio, de Pelotas (RS). Explora a idéia de que a identidade cultura local é uma das mediações responsáveis pela recepção diferenciada da televisão a cabo e seus produtos mundializados.

Este estudo toma como pressuposto básico o deslocamento da análise centralizada nos próprios meios de comunicação para, sem desprezá-los, priorizar as mediações. Considera o receptor ativo e a comunicação como integrante da cultura, sendo, especialmente na América Latina, marcada pela hibridez

(BRITTOS, 1996, p. 4).

O espaço geográfico da cidade de Pelotas, distante 259 km da capital do Rio Grande do Sul, apresenta características peculiares, devido, principalmente, à sua formação histórica e ao seu papel de referência cultural para o Estado no período de seu apogeu. A caracterização dos referentes da identidade cultural local foi realizada mediante pesquisa bibliográfica (bem como em jornais) e através de entrevistas aprofundadas.

A pesquisa de recepção, propriamente dita, foi realizada junto a seis famílias, moradoras de Pelotas e assinantes de televisão a cabo, através de formulário e observação. Posteriormente, os telespectadores que mais assistiam televisão, um de cada família, foram submetidos a uma entrevista semi-estruturada (BRITTOS, 1996, p.5).

O primeiro instrumento de pesquisa, utilizado junto aos receptores, basicamente o formulário, permitiu descrever o cotidiano, os hábitos do receptor de TV a cabo e sua práticas em relação à cultura regional e local. A análise deste e das entrevistas, à luz dos referentes culturais locais delimitados, permitiu ao autor afirmar:

"Procurou-se (...) retratar a realidade própria da recepção de TV a cabo, onde tem-se, de um lado, a cultura mundializada veiculada pelos diversos canais, e, de outro, a recepção desses bens simbólicos, que ocorre no espaço local, no caso Pelotas, com todos seus referentes culturais, como se

verifica na marcante identidade cultural pelotense. Ou seja, mesmo que o padrão das sociedades de consumo não incentive à criatividade humana, as pessoas trazem, em contrapeso, toda sua carga de seres ativos no processo social, onde a participação das identidades culturais locais é indispensável. Assim é que o espaço local acaba sendo identificado como um espaço de resistência à globalização e mundialização. Essa resistência pode ser, por exemplo, o saudosismo pelotense, que busca o passado como referencial e até a saída econômica (doces tradicionais) diante da decadência do presente, o que foi imposto pela modernização da economia, com o fim do ciclo das charqueadas, no início do século, e sua globalização, na atualidade, com o advento do Mercosul. Mais do que resistência, esses referentes atuam na efetivação de uma leitura diferenciada dos bens culturais mundializados, como na recepção televisiva" (BRITTOS, 1996, p.147).

Como a idéia destes comentários não está restrita às conclusões específicas de cada um dos trabalhos, ambos elencam uma série delas, omitirei este aspecto. Deixo para o leitor interessado em vasculhar, na primeira, a peculiaridade de um olhar - da comunidade de origem alemã - diante da TV e, na segunda,

pistas da particularidade da recepção de TV a cabo.

Tecendo relações entre ambas, constata-se que as duas investigações provêm de áreas de conhecimento diferentes - uma, da Antropologia e outra, da Comunicação, estruturando-se de forma, também, diversa - a primeira como etnografia de audiência e a segunda, como um estudo qualitativo de recepção. Embora, esta última persiga "um resgate antropológico, fazendo uma aproximação de cunho etnográfico" (BRITTOS, 1996, p. 5).

Aqui, percebe-se que a trajetória e especificidade de cada campo de conhecimento traz uma opção metodológica própria. A etnografia necessita enquanto requisito básico alcançar a "descrição densa". Com esse objetivo, no geral, admite uma observação participante prolongada no campo. A frequência e a duração do contato com os informantes é crucial nesta metodologia.

Hoje em dia os estudos de comunicação têm sido demasiado permeáveis à incorporação desta prática. No entanto, não têm discutido seus pressupostos epistemológicos, suas limitações (por exemplo, enquanto à parcialidade inerente a esta metodologia), a relação entre observador e observado, o problema da interpretação, entre outros.

O desafio é explicitar adequadamente os princípios e procedimentos da etnografia com o objetivo de evitar sua identificação com qualquer outra metodologia qualitativa. Esta prática deve ser incorporada com urgência, pois cada vez mais percebe-se o potencial da

etnografia como forma de investigação no âmbito da Comunicação.

Neste aspecto, de certa forma este campo fica em desvantagem. A pesquisa da Antropologia resenhadista discute - mesmo que dispersa e fragmentadamente - alguns pressupostos epistemológicos desta escolha. Já a da Comunicação, limita-se a justificar sua opção pela metodologia qualitativa.

De outro lado, o ponto de partida dos dois trabalhos situa-se em torno da denominada "atividade" do receptor diante da ação dos meios massivos. A pesquisa da Antropologia discute, principalmente, com a Escola de Frankfurt a questão da passividade do receptor e homogeneização cultural propiciada pela TV. A da Comunicação, parte da perspectiva dos estudos que relacionam a comunicação com cultura, indicando como referencial teórico autores como Jesús Martín-Barbero, Néstor García Canclini e Renato Ortiz.

Aqui, vê-se outra distinção. A primeira ainda dialoga fundamentalmente considerando as idéias frankfurtianas de amorfismo, passividade e homogeneização como eixo da discussão em torno da recepção. A segunda, pauta-se por uma revisão bibliográfica basicamente latino-americana, incorporando resultados de algumas pesquisas realizadas dentro deste espectro.

É necessário esclarecer, no entanto, que as duas pesquisas pau-

tam-se na indicação de Jesús Martín-Barbero de que a "competência cultural" dos receptores é fundamental para propiciar leituras e usos diversos das mensagens massivas. O texto básico de Martín-Barbero - *De los medios a las mediaciones* (1987) - é referência bibliográfica de ambas.

Concluindo estes breves comentários, observo que a pesquisa que opta pela etnografia tem seu ponto alto na descrição do "ethos alemão", ou seja, no valores que marcam aquela comunidade e que intervêm numa leitura singularizada dos meios massivos. Assim, não avança nos resultados já obtidos em outras pesquisas do âmbito da recepção.

O trabalho propriamente de Comunicação, embora incorpore bibliografia atualizada e os autores que vem sendo mais utilizados neste tipo de investigação, apresenta resultados que apenas reforçam a idéia de que a recepção é mediada por uma competência cultural específica, no caso, a cultura da cidade.

Na primeira, a etnografia dá conta plenamente de algo que não é propriamente a recepção, na segunda, a metodologia eminentemente qualitativa utilizada serve apenas para levantar pistas sobre especificidades do processo de recepção da TV a cabo, tendo o mérito de abordar uma tecnologia ainda não tematizada nos nossos estudos de recepção.

# Esquerda e cultura no Brasil contemporâneo

ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS  
(Universidade Federal da Bahia)

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1995. 125 p.

Os historiadores brasileiros, especialmente os baianos, tão desatentos em relação à passagem do século XX, do qual restam uns poucos anos, encontrarão no novo livro de Antonio Albino Canelas Rubim estímulo e motivação para voltarem seus olhos para as transformações ocorridas no decorrer dos últimos cem anos.

A publicação, parte da tese de doutoramento do autor, defendida na Universidade de São Paulo, preenche uma lacuna, cria a curiosidade pelo conhecimento da íntegra do texto e abre caminho para novas investigações sobre o tema, por parte de cientistas sociais de qualquer formação.

O leitor, de imediato e no desenrolar da leitura, fica a pensar sobre os dilemas e dúvidas dos que se envolveram nos processos estudados, sabendo-se, a priori, que todos carregavam o desejo de transformar a sociedade brasileira, alguns até de mudar o mundo. Essa vontade, no entanto, sobreviveria, em

muitos, condicionada por uma organização partidária que, pelo menos em tese, se diferenciava das demais por este mesmo objetivo transformador, mas sofria de limitações de caráter político, ideológico e organizativo, características dos PCs.

As chegadas e partidas dos intelectuais do partido, motivação de explicação complexa, pois condicionada por múltiplas individualidades em momentos distintos, eram marcadas por uma desconfiança que pode ser notada diante das observações de Astrogildo Pereira ("as vocações individuais para a pesquisa e o estudo, existentes no partido, eram menosprezadas, tratadas com desconfiança, sufocadas no nascedouro por dirigentes que se supunham os donos da verdade") ou de Rui Facó ("achava-se que o intelectual que vinha para o partido deveria abdicar antes de tudo à sua condição de intelectual").

O objetivo de Albino Rubim de estudar a interseção marxismo, cultura e intelectuais no Brasil, a partir dos anos 20, cobre um período que apresenta conjunturas diferenciadas, o que foi explorado pelo autor com propriedade. A década de 20 com o movimento tenentista, a

criação do PC e o modernismo que tentava se impor. A Revolução de 30 e a abertura de uma década plena de agitação política, especialmente entre 1935-37, quando a repres-são à Aliança Nacional Libertadora serviu de motivo de atração dos intelectuais pelo PC. Após o Estado Novo, com a instauração da democracia, a decretação da ilegalidade do partido (1947), e a cassação dos mandatos parlamentares (1948). Contraditoriamente, anos de democracia casados com clandestinidade para o partido e populismo como prática política vigente. No plano internacional, a agitação provocada pelo XX Congresso do PCUS, que instaura uma grave crise partidária entre 1956-58, que é seguida pela divisão de 1962 (PCB e PC do B) e o golpe de 1964 que, ao assumir em 1968, seu lado mais ditatorial, através da censura e perseguição compromete todo o universo cultural, da técnica às ciências, das letras até as artes.

Como dissemos, conjunturas heterogêneas, porém ricas de experiências e sinais da dinâmica social do corrente século, tratadas em suas tendências macro, como também através de uma detalhada (e, às vezes, comentada) listagem de periódicos e editoras, assim como de eventos ligados às artes plásticas e à organização da cultura, como foi o caso do Centro Popular de Cultura vinculado à UNE.

Aos artistas, que afluíram ao partido no pós-46, no momento mais rico de presença de intelectuais no mesmo, estava reservado o papel de organizar mostras coletivas e individuais, campanha de finanças e decoração de ambientes, produzir car-

tazes e até pintar "... uma Santa Padroeira, realizada por Portinari, para uma igreja construída pelos com vistas gaúchos". Tempos bons, tempos de liberdade, porém logo seguidos pela ilegalidade e a clandestinidade, acompanhadas da forte repressão do Governo Dutra, que afeta toda a produção cultural na época, especialmente os diversos jornais editados em vários estados brasileiros. Se não bastassem os problemas internos, eis que do exterior se abate sobre o partido - especialmente sobre seus intelectuais e estudantes engajados - as denúncias sobre os crimes de Stalin e os efeitos decorrentes do XX Congresso.

Os poucos bons momentos - os de liberdade - foram sucedidos por repressão e sentimentos confusos de frustração e desilusão, por parte daqueles que estavam preocupados com a educação das massas, em tornar sucesso a linha da Editora Vitória e a sua coleção "Romances do Povo", acreditando na força do "Realismo Socialista", da literatura e da arte militante. Como lembra Albino Rubim, "... esta postura cria, naquela década, um fosso profundo entre a agremiação e parte significativa das artes plásticas no Brasil, cada vez mais direcionadas e influenciadas pelo abstracionismo e pelas bienais paulista desta década, onde a arte abstrata afirma-se como a estética de maior repercussão".

A dificuldade de relacionamento intelectuais/produtores culturais e estrutura partidária não foi um fenômeno específico dos anos 50. O problema se manifestou sempre, a começar pelo tratamento, no mínimo reticente, dado ao movimento de 1922. Contudo, não se pode reti-

rar o mérito - lembremos a importância dos intelectuais comunistas na construção do romance regional - organizativo do partido do mundo da cultura e da busca de formas de atrair os intelectuais para participarem de organizações extra-partidárias, que guardavam o objetivo de fazer a política do partido.

A afirmação pessimista e verdadeira do autor, quando diz que "a subordinação teórica irrestrita ao marxismo-leninismo e a incondicional submissão política ao PC da URSS inibem o desenvolvimento criativo do marxismo no Brasil e mesmo seu uso inovador na interpretação da

realidade brasileira" não pode ser encarada pelo leitor como uma sentença definitiva. Não só no interior do livro de Albino Rubim, como de inferências que dele podemos retirar, encontramos nuances e sugestões de uma história desconhecida (não foi a maior parte dela clandestina?), de um Brasil contraditório (rico e submisso simultaneamente), de um partido sempre diante do dilema inovar ou obedecer e de intelectuais, que a ele se dedicaram e depois se afastaram, passando a tratar, desde então, todos os partidos como organizações distantes, fora do seu mundo.

## Tribos urbanas e sua estética do (des)aparecimento

ROSAMARIA LUIZA DE MELO ROCHA  
(Universidade de São Paulo)

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994. 172p.

Ao investigar a presença, nos anos 80, de grupos juvenis - *punks* e *darks* - articulados em torno de um estilo espetacular de inserção no espaço público, a socióloga Helena Wendel Abramo oferece instigante contribuição a pesquisadores que se dedicam ao estudo da comunicação em sua manifestação contemporânea e urbana. Localizando nesta trajetória a expressão de uma agressividade

real e simbólica, a autora sugere que a atribuição de uma atitude passiva a diversas *tribos* juvenis dá-se, muitas vezes, pela comparação com grupos anteriores e a suposta incapacidade dos jovens dos dias de hoje de formularem saídas de cunho, *grosso modo*, revolucionário ou perenemente inovador.

Segundo Abramo, estes grupos e as respostas que formulam devem ser relacionados ao contexto social em que se realizam. A juventude é definida como categoria histórica e sua noção considerada socialmente variável. Sem questio-

nar a opção metodológica e epistemológica adotada pela autora pode-se avaliar que, nos anos 80, a trajetória juvenil depara-se com a crise da ação política, a intensificação e disseminação cultural do universo *mediático* e o crescente impacto da *nova ordem* mundial. Destaca-se, no caso brasileiro, o acirramento da recessão, o agravamento da miséria e da violência urbana.

*Cenas juvenis* traz uma minuciosa recuperação histórica do surgimento da juventude como categoria social, identificando, na sociedade moderna, seu aparecimento como problema. Com a Primeira Guerra um marco se instala: a juventude revela-se como sujeito social específico. Não por acaso, o entre-guerras é caracterizado por uma crise de valores e pela emergência de atitudes "niilistas". Aspectos como a delinquência e a rebeldia continuariam sendo, ao longo das décadas, atribuídos à juventude, que teria a potencialidade de instaurar a descontinuidade e a ruptura. A ambigüidade e a indeterminação reforçam sua compreensão como período de passagem, situação de "moratória", estado de "crise potencial".

Analisando a relação entre juventude e mudança social, a autora destaca, no período em torno da Segunda Guerra, a vivência de situações de engajamento, como na adesão às propostas existencialistas, ao movimento *beatnik*, à contracultura etc. Ressalta-se, ainda, a problemática da inserção/negação do modo de vida burguês e industrial. Se, nos anos 60, a juventude emerge como nova classe, sendo identificada como "tempo privilegi-

ado", os *hippies*, o maio de 68, Woodstock etc., criam seu próprio tempo, consolidando formas particulares de luta contra o *establishment*.

O fenômeno *punk* deflagra uma estética e uma visão de mundo particulares: a filosofia do *do it yourself*, a criação a partir da confusão, a absorção da cultura das ruas. Originando-se nos subúrbios ingleses, no final dos anos 70, em relação direta com o desemprego e a crise econômica, o movimento representa uma afirmação de contemporaneidade, de presença realista no mundo. A estética que emerge desta situação é peculiar: a valorização do "lixo", de um estilo que compõe uma aparência estranha e agressiva.

Nos anos 80, o impacto da fragmentação se faz decisivo, com a juventude expressando-se de maneira pontual e localizada. Já se fala, com maior constância e convicção, na formação de *tribos*, com música e gestual característicos, marcadas por estilos espetaculares de aparecimento e atingindo, muitas vezes, amplitude internacional. Diversão e vestuário são via de acesso para criar identidade, fato intensificado pelo impacto dos *media* e da indústria cultural. No lazer se constroem valores comuns, embalados por formas - ritualizadas - de música e dança. Roupas e imagem corporal têm um papel chave no modo de aparição pública dos jovens e na definição de "redes" de sociabilidade. Na nova configuração do universo e do discurso juvenil, a criação de bens culturais próprios marca uma *posição no mundo*: é preciso se situar diante da oferta de mercadorias e infor-

mações, elaborando a experiência da crise e a ausência de perspectivas.

Os *punks*, segundo Abramo, instalam-se no cenário brasileiro independentemente de estratégias de *marketing* e até ao largo dos *media*. Anseiam por agitação, por uma diversão genuína, intensa, que forneça identidade e expresse insatisfação. Gangues formam-se para ir e vir dos salões; a solidariedade interna é reforçada por mecanismos de defesa e ataque. Afirmando sua existência, através de uma imagem assumidamente agressiva, “desagradável”, parecem prontos a responder a qualquer provocação. Não existem bandeiras específicas ou alvo a conquistar, não há evocação positiva: os *punks* não afirmam nada, só denunciam. No final do movimento, surgem iniciativas de circunscrição da violência ao campo simbólico, com a politização de algumas bandas. Em outros casos, há um recrudescimento da violência, originando, no ABC paulista, o grupo dos *carecas*.

Rejeitando nomeações, os *darks*, por sua vez, transparecem uma origem universitária, a insatisfação com este espaço e com o futuro que se atingiria a partir dele. Com seu ar de distanciamento e desgosto, escutando e escrevendo músicas que evocam imagens soturnas e agressivas, buscam a visibilidade e o choque. É a entrada em cena do desencanto juvenil. A sensação de vazio e imobilidade, a ausência de valores e esperança estão presentes em sua produção musical.

O prazer, a diversão e o amor são atingidos por esta situação, na qual os sonhos se estilçaram. Há, ainda, a denotação de uma intenção de vida cosmopolita. Os cenários escolhidos para o encontro e o lazer são subterrâneos, porões, com uma retomada do centro da cidade.

Segundo oportunamente observa Abramo, a efemeridade caracteriza, nos anos 80, estas formas de encenação pública juvenil, o que não significa que sejam atitudes de passividade, mas um alerta crítico:

“É exatamente uma encenação distópica o que podemos ver nas representações mórbidas e nas imagens apocalípticas que compõem os estilos desses grupos juvenis. Eles desenham um retrato da sociedade em que são destacados e ampliados os traços negativos, perscrutando as tendências colocadas pela ordem atual e procurando chamar a atenção, de forma crítica, sobre esses traços. (...) instalou-se como realidade visível a fragmentação do aparecimento juvenil, esfacelando a idéia de um padrão geral, de um centro em relação ao qual se pudesse aparecer como *excêntrico*. Dessa forma, tais grupos espetaculares vão perdendo o caráter de espetáculo e a capacidade de produzir interferências” (pp. 153; 158-9).

# Relações Públicas em obra pioneira

MAUREN LENI DE ROQUE  
(Universidade de São Paulo)

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Sousa. *Dicionário profissional de relações públicas e comunicação e glossário de termos anglo-americanos*. 2.ed. São Paulo: Summus, 1996.

O professor Cândido Teobaldo de Sousa Andrade acaba de lançar pela Summus Editorial, a segunda edição revista e ampliada do *Dicionário profissional de relações públicas e comunicação*, acompanhado de "Glossário de termos anglo-americanos".

Publicado pela primeira vez em 1978, tratou-se de obra pioneira no gênero disponível em língua portuguesa e, salvo engano, continua no mercado sem concorrentes. O volume traz palavras, nomes e expressões referentes a práticas, designações, técnicas, instrumentos e métodos específicos das áreas de Relações Públicas e Comunicação, além de 36 páginas de termos anglo-americanos utilizados rotineiramente em processos comunicacionais.

A presente edição conta ainda com uma relação de nomes de entidades e associações que se destinam ao estudo, pesquisa, divulgação e publicação de temas voltados ao campo de trabalho de Relações

Públicas.

A globalização, com seus sistemas de troca de informação a larga distância, e a necessidade de inserção individual no mercado internacional de trabalho e de idéias têm sido responsáveis pelo uso crescente de neologismos e expressões anglo-americanas, o que de certa forma leva os profissionais envolvidos no processo a crerem numa relativa inércia dos filólogos em encontrar soluções terminológicas locais para linguagens internacionalizadas. A tarefa do professor, portanto, supera esse problema.

Obra coesa, enxuta e despretensiosa, mas útil enquanto instrumento de consulta, sobretudo a estudantes e profissionais de RP. No elenco de novas palavras agregadas à edição original, não faltam "merchandising", "dumping", "internet", "folder", embora não encontremos outras como "low profile" e "GRP". Mas isso é de pouca relevância. Afinal, no prefácio da presente edição, o autor alerta estar diante, não de "um livro completo e acabado", mas de uma segunda etapa de uma tarefa futura e mais ampla, à qual deverão concorrer todos os profissionais de RP, conforme seu propósito e compromisso com a

FIARP desde 1971. O convite é certamente generoso e projeta os estudiosos para as possibilidades do mercado editorial na área.

O professor Teobaldo dispensa apresentações já que é conhecido de todos que estudaram, estudam e praticam Relações Públicas. Entre suas obras encontram-se *Para entender Relações Públicas* (1965, 1973), *Psicossociologia das Relações Públicas* (1975, 1989), *Administração de Relações Públicas* (1980), *Administração de Relações Públicas no Governo* (1983), *Bibliografia Latino-Americana de Relações Públicas e Opinião Pública* (1985, 1990), *Guia Brasileiro de Relações Públicas* (1986), *Como administrar reuniões* (1988), editados em São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Novo Hamburgo, além de artigos, teses e trabalhos policopiados utilizados nos inúmeros cursos, seminários e eventos de graduação, extensão, especialização e pós-graduação que ofereceu ao longo de sua longa e ativa vida acadêmica.

As escolas de Comunicação de todo país têm um enorme débito para com o professor Teobaldo, já

que junto a ele puderam encontrar as bases para a estruturação dos currículos dos cursos de Relações Públicas, formar seus primeiros quadros de professores e encontrar literatura brasileira específica da área. De certa forma, as organizações produtivas e as instituições públicas também, pois lá se encontram muitos dos profissionais formados e reciclados por ele.

A idéia de que RP é uma atividade administrativa por excelência tem sua origem nas falas e nos textos do professor Teobaldo. Pena é que disso se deram conta antes os administradores do que os comunicadores, o que explica o avanço que aqueles promoveram em áreas destes. Quem estudou Relações Públicas com o professor Teobaldo sabe que no âmago de diversas modalidades do marketing estão as "Relações Públicas comunitárias". É, pois, com enorme prazer, interesse e respeito que os estudiosos e praticantes de Relações Públicas certamente reencontrarão o Professor Teobaldo em todo o seu vigor intelectual nas páginas dessa nova produção.

